



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS CAMPINA GRANDE

ALUNO: MIGUEL RYAN DANTAS DE FREITAS

PROFESSORA: GERMANA SILVA OLIVEIRA

Acessibilidade para Surdos Usuários de Libras: Desafios e Propostas em Busca da Inclusão

A acessibilidade para surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um tema cada vez mais importante no cenário brasileiro, especialmente quando se trata do direito à comunicação. Segundo o IBGE, o Brasil possui mais de 10 milhões de pessoas com algum grau de deficiência auditiva. Dentre essas, muitas têm a Libras como sua principal forma de comunicação, o que torna fundamental a presença dessa língua em espaços públicos, serviços essenciais e meios de comunicação. No entanto, apesar de algumas conquistas legislativas, ainda existem muitos obstáculos para que os surdos tenham pleno acesso à informação e à cidadania.

Um exemplo positivo nesse contexto aparece no vídeo “Sobre Projeto de Lei - Acessibilidade em Libras no Jornal - CE - Fernando Parente Jr.”. Nele, é apresentado um projeto de lei estadual que propõe a obrigatoriedade de intérpretes de Libras nos telejornais no estado do Ceará. A proposta parte do princípio de que o acesso à informação é um direito de todos, e que muitos surdos não compreendem plenamente a língua portuguesa escrita, o que torna as legendas insuficientes. Assim, a inclusão de intérpretes nos noticiários garante que a comunidade surda compreenda os conteúdos de forma clara, especialmente em situações emergenciais ou de grande importância pública, como em casos de pandemia, mudanças climáticas ou novas leis. Essa medida reforça a ideia de que a comunicação acessível não é um favor, mas um direito básico.

No entanto, o segundo vídeo analisado, “O surdo nos bancos: falta acessibilidade comunicativa”, revela uma realidade bem mais difícil enfrentada pelos surdos em situações cotidianas. No vídeo, é mostrado como o atendimento bancário ainda não está preparado para receber pessoas que se comunicam por Libras. Muitas agências não possuem intérpretes, os funcionários não têm nenhum treinamento para lidar com surdos, e os sistemas digitais raramente são pensados para serem acessíveis. Isso obriga muitos surdos a dependerem de familiares ou amigos para realizar tarefas simples, como fazer um pagamento, tirar dúvidas sobre taxas ou abrir uma conta. Essa dependência compromete não apenas a autonomia da pessoa surda, mas também sua privacidade e segurança.

A situação é ainda mais preocupante se considerarmos que a Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão desde a promulgação da Lei nº 10.436/2002. Além disso, o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta seu uso e garante o direito ao acesso por meio dessa língua em diversos setores. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) também reforça esse direito e estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade plena nos meios de comunicação, na educação, na saúde e nos serviços públicos e privados. No entanto, a distância entre a teoria e a prática ainda é grande. Muitas instituições simplesmente ignoram essas legislações ou fazem o mínimo necessário apenas para cumprir obrigações legais.

A falta de acessibilidade comunicativa não é apenas uma falha técnica, mas um reflexo de uma sociedade que ainda não reconhece a importância de valorizar a diversidade linguística e cultural. O Brasil é um país bilíngue em sua essência, já que a Libras é a primeira língua de muitos surdos, enquanto o português é aprendido como segunda língua. Ignorar essa realidade é perpetuar a exclusão. É urgente que a Libras seja mais presente nos espaços públicos, nas plataformas digitais, nas salas de aula, nos hospitais, nos bancos e, principalmente, nos meios de comunicação.

Além disso, é fundamental que profissionais de diversas áreas, como bancários, professores, médicos e servidores públicos, recebam formação básica em Libras. Isso não apenas melhora o atendimento, mas também valoriza o contato humano e a inclusão social. Da mesma forma, tecnologias assistivas, como tradutores automáticos em Libras, devem ser cada vez mais incorporadas em sites e aplicativos, contribuindo para a independência e inclusão digital da comunidade surda.

A acessibilidade para surdos vai além da simples presença de rampas ou legendas. Trata-se de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua forma de comunicação, possam exercer plenamente seus direitos, tomar decisões com autonomia e participar ativamente da sociedade. Os vídeos analisados evidenciam tanto os avanços quanto os desafios dessa jornada. Enquanto iniciativas como a do projeto de lei no Ceará representam um passo importante, a realidade vivida pelos surdos em espaços como os bancos mostra que ainda há muito o que melhorar. O compromisso com a inclusão precisa sair do papel e ganhar vida nas ações concretas do Estado, das empresas e da sociedade como um todo.